



XI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política
Democracia e representação: impasses contemporâneos
Curitiba, 31 de julho a 3 de Agosto de 2018
Universidade Federal do Paraná

ÁREA TEMÁTICA: Comunicação Política e Opinião Pública

O enquadramento noticioso e a construção narrativa do impeachment de Dilma Rousseff nos jornais Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo

Rafael Cardoso Sampaio
Universidade Federal do Paraná
cardososampaio@gmail.com

Daniela Rocha Drummond
Universidade Federal do Paraná
daniela.imprensacwb@gmail.com

Crislaine Franco da Rocha
Universidade Federal do Paraná
crislainefrancor@gmail.com



RESUMO

Este artigo busca analisar como se deu a construção narrativa da destituição da presidenta Dilma Rousseff nos principais jornais brasileiros, avaliando tanto categorias da narrativa quanto do enquadramento noticioso. O corpus é formado por 2.272 notícias veiculadas, de 02 de dezembro de 2015 até 31 de agosto de 2016, afastamento definitivo de Dilma Rousseff, em três dos principais jornais brasileiros, Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo. Através da metodologia da análise de conteúdo, verificou-se que a narrativa jornalística foi dominada por dois tipos de julgamento, predominantemente culpando Dilma e aliados. Também foi analisado o cruzamento entre narrativa e recomendação de tratamento das matérias, e percebeu-se a dominância da ideia de que impeachment era a melhor solução em todos os tipos de narrativa. Em relação à identificação dos personagens – vítimas, vilões ou heróis, percebeu-se que os atores políticos ligados a Dilma e seus aliados obtiveram maior destaque como vítimas ou vilões no processo. Enfim, concluímos que o jornalismo não conseguiu escapar das narrativas políticas cotidianas, sem conseguir demonstrar a real magnitude e complexidade de um impeachment.

Palavras-chave: enquadramento, impeachment, análise de narrativa, comunicação e política.



O enquadramento noticioso e a construção narrativa do impeachment de Dilma Rousseff nos jornais Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo

INTRODUÇÃO

O pedido de impeachment da presidenta Dilma a acusava de ter cometido as chamadas “pedaladas fiscais”, operações contábeis do Tesouro Nacional que visam atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para bancos (públicos e também privados) e autarquias, o que foi interpretado como crime de responsabilidade. O então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, acatou o processo que teve início em 2 de dezembro de 2015. Em 17 de abril de 2016, os deputados aprovaram o pedido do impeachment com uma votação de 367 votos a favor e 137 votos contra, numa sessão que foi transmitida em tempo real por quase todos os canais de televisão, rádio e também pela internet.

Após a sua aprovação pela Câmara, o processo seguiu para o Senado Federal, na qual a admissibilidade do pedido foi votada no dia 12 de maio de 2016, com 55 votos a favor e 22 contra. O senador Antonio Anastasia, do PSDB, partido da oposição ao governo Dilma, foi o relator do processo. Dilma foi afastada por 180 dias e o vice-presidente Michel Temer assumiu interinamente a presidência da República. Na votação final do impeachment, que ocorreu no dia 31 de agosto, Dilma foi definitivamente afastada, com 59 votos a favor e 21 contra. Apesar da cassação, ela manteve a elegibilidade.

A jovem democracia brasileira apresenta muitas semelhanças com seus vizinhos latino-americanos, países como Argentina e Chile que também viveram períodos de golpes militares e ditadura e engatinham para consolidar a democracia. O Brasil havia passado por um processo de impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992. Entretanto, além do Brasil, de 1994 a 2004 outros seis presidentes da América Latina passaram pelo processo de tentativa de impeachment, e quatro foram afastados do governo (PÉREZ-LIÑAN, 2007).

Esses atos mostram a instabilidade das democracias desses países, mas o autor questiona se os impeachments não seriam uma nova forma de golpe para “substituir” os antigos golpes militares. Estaríamos testemunhando uma mudança nas relações entre Executivo e Legislativo na região? (PÉREZ-LIÑAN, 2007, p. 2). Já que



os golpes militares não são mais aceitos em contextos democráticos, buscam-se formas constitucionais para resolverem as disputas políticas, é nesse momento, segundo Pérez-Liñan que o impeachment é um recurso para o afastamento de presidentes indesejáveis, como foi o caso de Dilma Rousseff no Brasil. E, para o teórico, há três atores relevantes para o processo de impeachment: a mídia, o Legislativo e o público.

Nosso estudo concentra-se na mídia, que no entendimento do autor tem o poder de conceder visibilidade a opinião pública, o que servem de embasamento para os atores do judiciário. Para o autor, a mídia é o mais relevante, por aparecer como principal reguladora entre a política e os cidadãos. A mídia escolhe o que é noticiável, seleciona o quê ou quais políticos devem ter visibilidade e expõe o comportamento de outros quando eles gostariam de manter isso escondido dos olhos do público (2007, p. 84).

No caso do impeachment de Dilma Rousseff, a cobertura jornalística desses acontecimentos foi alvo de diversas críticas, que afirmavam que os vieses tinham como objetivo direcionar a interpretação dos leitores, tanto contra como, especialmente, a favor do impedimento da presidenta (ALVES et al, 2018; AZEVEDO, 2017), especialmente quando as pesquisas acadêmicas já apontaram que os principais noticiários brasileiros tendem a ter um viés notadamente negativo contra o Partido do Trabalhador (PT) e seus integrantes (BIROLI, MANTOVANI, 2014; FERES JÚNIOR; SASSARA, 2016). Os enquadramentos são importantes estratégias que direcionam tal influência, segundo Entman, “o enquadramento oferece um caminho para descrever o poder do texto comunicacional e sua influência sobre a consciência humana, exercida pela transferência da informação [...] através de uma declaração, expressão ou reportagem” (ENTMAN, 1993, p.51-52, tradução nossa). Este artigo é um dos resultados da pesquisa em desenvolvimento pelo Grupo de Pesquisa em Comunicação e Participação Política (COMPA) da Universidade Federal do Paraná (UFPR)¹. A pesquisa tem como objetivo realizar uma análise de enquadramento multimodal (WOZNIAC et al, 2014), que envolve o enquadramento noticioso, bem como a construção narrativa e imagética, da cobertura do impeachment por três dos mais importantes jornais brasileiros, a Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, durante todo o processo – desde o início do trâmite, em 2 de dezembro de 2015, até o

¹ Agradecemos imensamente a todos os integrantes do Compa, que colaboraram para a elaboração desta pesquisa, em especial às colegas Kelly Prudencio e Carla Rizzotto e ao colega Bruno Nichols.



afastamento definitivo da presidenta, em 31 de agosto de 2016. A análise de enquadramento multimodal é vantajosa pois permite, de um lado, verificar detalhes que passam despercebidos pela análise de enquadramento clássica e, de outro, apontar incongruências da cobertura jornalística (RIZZOTTO, PRUDENCIO, SAMPAIO, 2017).

Neste artigo, todavia, focamos em dois dos três aspectos - a construção narrativa da cobertura e a análise de enquadramento, compreendendo que cada forma de análise, separadamente, pode render dados e interpretações pertinentes, porém que é o cruzamento entre as duas que podem mostrar as minúcias do enviesamento favorável ao impeachment de Dilma Rousseff. Em suma, as empresas jornalísticas optaram por posicionamentos explícitos e, em sua maioria, favoráveis ao impeachment em seus editoriais (GUAZINA, PRIOR, ARAÚJO, 2017; MARQUES, MONT'ALVERNE, MITOZO, 2017), entretanto há, supostamente, um posicionamento mais neutro ou “isento” nas notícias, conforme demonstramos em trabalhos anteriores (DRUMMOND et al, 2017; RIZZOTTO, PRUDENCIO, SAMPAIO, 2017; PRUDENCIO, RIZZOTTO, SAMPAIO, 2018).

Para o trabalho em tela, buscamos evidenciar que o jornalismo brasileiro, intencionalmente ou não, apoiou o impeachment de duas formas diferentes. A primeira ao se focar exclusivamente no conflito político, não sendo capaz de fazer reflexões mais amplas sobre a particularidade do processo em si (como já denotamos em trabalhos anteriores) e a segunda, foco principal do trabalho, através de uma narrativa que quando se manifestou em relação ao impeachment, foi favorável ao mesmo e favoreceu os opositores do impeachment em detrimento da presidenta e apoiadores.

Narrativa jornalística e enquadramento

Partimos da premissa que explica que as narrativas são dispositivos argumentativos usados nos jogos de linguagem. Como afirma Motta (2005, p.2), a forma como contamos os acontecimentos na narrativa está impregnada pela narratividade que é a “qualidade de descrever algo enunciando uma sucessão de estados de transformação”, ou seja, a narrativa traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo em relatos.

É importante salientar que as narrativas são recursos discursivos que os jornalistas utilizam socialmente de acordo com suas pretensões, além de serem



formas de relações estabelecidas por causa da cultura, das condições sociais e hierarquias de poder. Partimos do pressuposto de que nenhuma narrativa é ingênua, assim, a análise busca compreender as estratégias do narrador. Toda narrativa gira em torno do conflito, e é essa expectativa em torno do desenlace das histórias que mantém as notícias nos jornais. A narrativa jornalística contém na maioria das vezes conotações dramáticas imediatas e negativas, que irrompem, desorganizam e transtornam (MOTTA, 2005).

Na narrativa jornalística, interessa como se constrói a imagem de um personagem e quais as ações dele no texto. O narrador define as marcas que pretende transmitir para seus leitores, entretanto o personagem do jornalismo está diretamente ligado com a pessoa da vida real, o que gera uma complexidade singular, uma vez que não se trata de personagem puramente ficcional. Uma das estratégias do narrador jornalístico é o de dar ares de realidade ao seu relato, quando na observação do mundo atual, o jornalista ancora seu relato no presente e busca antecipar o futuro, fazendo uma mediação simultaneamente linguística e temporal (MESQUITA, 2002; MOTTA, 2005).

Motta (2005) afirma que o texto jornalístico também tem como característica ser fortemente determinado por um fundo ético ou moral. Os fatos selecionados da realidade são aqueles que transgridem algum preceito ético ou moral, alguma lei, algum consenso cultural. Segundo o autor, linguagem jornalística é dramática e a sua retórica é tão ampla e rica quanto a literária. Enfim, a análise da narrativa jornalística deve observar particularmente o “contrato cognitivo” implícito entre jornalistas (narradores) e audiência (narratário) em seu contexto operacional. Esse “contrato” segue as máximas da objetividade e da co-construção da “verdade dos fatos”: o objetivo é co-construir a verdade, a “realidade objetiva” (MOTTA, 2005, p.13).

Na perspectiva que adotamos para fazer a análise narrativa, percebemos o conflito como uma categoria analítica e como um valor notícia. Como afirmam Motta e Guazina “(...), o conflito é uma categoria dramática que centraliza a narrativa jornalística e tece os fios que encadeiam as ações das personagens da política” (2010, p.133), sendo que o conflito dividiria o noticiário sob uma perspectiva bipolar, no qual os personagens da notícia são colocados uns contra os outros. É o conflito que vira notícia, como categoria principal, e suas subcategorias seriam o protagonista, antagonista e adversário, que em nossa análise classificamos como os papéis: vítima, herói e vilão.



Entretanto, Motta e Guazina (2010) dão ao conflito um estatuto mais denso, sendo o conflito uma das essências da política, e a política a expressão do conflito entre os grupos, partes e partidos. O conflito está nas diferenças de acessos a recursos e às oportunidades. Assim quem é situação tenta manter-se no poder, ou mesmo quem não detém um cargo político, mas está em situação vantajosa tenta assegurar o grupo que governa, já os que são oposição ou se sentem lesionados tentam mudar o contexto. O conflito está justamente nessas tensões e disputas.

O jornalismo narra esse conflito e se apropria dessa visão dualista de amigo/inimigo, adaptando o conflito como categoria estruturadora da sua retórica dramatizada. O relato dos conflitos aquece as notícias e as deixa mais atraentes, mas a cobertura do conflito a amplifica e demarca disputas, a mídia se torna um agente acirrador dos conflitos (MOTTA e GUAZINA, 2010).

Por sua vez, compreendemos que os estudos sobre enquadramento na perspectiva da comunicação política (MENDONÇA, SIMÕES, 2012) estão basicamente fazendo uso de um quadro conceitual/operacional, que busca justamente compreender como se deu a narrativa jornalística sobre determinado tema, evento, fenômeno etc. Em outras palavras, o enquadramento pode ser entendido como um instrumento de análise de conteúdo das notícias, cujo objetivo é identificar, na formatação das notícias, elementos que privilegiem determinada interpretação dos fatos (VIMIEIRO, MAIA, 2011).

Do ponto de vista operacional o enquadramento envolve a seleção do que é narrado na busca de deixar a informação mais noticiável e significativa para a audiência. Enfim, “o enquadramento determina se a maioria das pessoas percebe e como elas compreendem e se lembram de um problema, da mesma forma que determina a maneira que avaliam e escolhem a forma de agir sobre ele” (ENTMAN, 1993, p.52).

Metodologia

Era o objetivo verificar a cobertura completa da abertura do processo do impeachment (02/12/2015) até o afastamento definitivo da presidenta Dilma Rousseff (31/08/2016). Assim, foi realizada uma coleta automática de todas as notícias de cadernos de política que contivessem a palavra-chave impeachment nos três jornais impressos de maior circulação nacional, o que gerou um corpus de



2.272 matérias (727 Estadão, 877 O Globo, 668 Folha de São Paulo).

Na análise de enquadramento (Cf. ENTMAN, 1993), o estudo verificou a definição do problema, percebendo quais os atores que tinham maior espaço de fala nas notícias. Esses atores foram classificados como: ausente (quando a notícia era essencialmente descritiva e não havia o uso de fontes; pertencentes ao campo político (como aliados de Dilma e Lula ou como aliados de Michel Temer e Eduardo Cunha), pertencentes ao campo econômico, pertencentes ao campo judiciário, membros da sociedade civil ou outro. Em seguida foi verificada em qual subtópico a notícia melhor se adequava, levando em consideração o texto, a manchete, o lide e a imagem. Os subtópicos eram: 1. Disputa Política, 2. Processo de Impeachment, 3. Repercussão na População, 4. Repercussão Histórica, 5. Futuro pós-impeachment, 6. Cenário de crise.

Também se verificou qual o enquadramento que o jornalista que escreveu conteúdo noticiado apontou como as causas, ou razões do problema em questão (ausente, Contenda política/ideológica; Incapacidade política do governo Dilma, Legalidade/legitimidade do processo de impeachment; Corrupção; Interferência do judiciário).

O estudo seguiu analisando se o jornalista faz um julgamento moral do assunto, mesmo que aparecesse na voz de fontes e citações. Classificou-se como: Ausente, Impeachment como vingança, Culpa de Dilma e aliados; Brigas políticas; Impeachment como forma. Finalmente verificou-se se a notícia propõe alguma solução para o problema que expõe, classificando como: Ausente; O impeachment é/foi a melhor solução; O impeachment não foi a melhor solução; Realização de novas eleições.

Tendo em vista as características da narrativa jornalística já descrita, nosso estudo leva em consideração o grau de narratividade, o gênero narrativo e os atores identificados em seus respectivos papéis, conforme proposto por Wozniak et al (2014). A narratividade é avaliada em uma série de variáveis, nomeadamente – i) dramatização, quando a notícia apresentou uma história com ordem sequencial, com início, meio e fim; ii) emoção, quando a matéria descreveu o estágio emocional de um ou mais sujeitos; iii) personalização, momento no qual a história contada foca nos sujeitos e em suas ações e iv) ornamentação estilística, período determinado pelo uso do estilo literário pelo jornalista, ultrapassando a descrição dos acontecimentos – com o julgamento moral utilizado pelo jornalista que escreveu as matérias. E a análise da narrativa também compreende a verificação dos papéis –



herói², vilão³ e vítima⁴ - associados aos sujeitos representados nas notícias⁵.

Resultados

Em artigos anteriores, já exploramos os principais resultados das frequências simples das categorias, que indicaram, a grosso modo, uma cobertura despolitizada do impeachment⁶. As variáveis de narrativa, em sua maioria, apresentaram resultados baixos, evidenciando o modelo jornalístico brasileiro que se apoia em textos mais informativos e neutros⁷. Da mesma forma, os valores da categoria do enquadramento também não foram notáveis, uma vez que a maioria das matérias não fez julgamentos morais nem apresentou soluções para o problema.

Com o objetivo de verificar nossa hipótese de viés contrário a Dilma e aliados, cruzamentos foram realizados no sentido de verificar como a temática do impeachment da então presidenta Dilma Rousseff apareceu nas matérias dos jornais Folha de S. Paulo, Estado de São Paulo e O Globo. Para tanto, verificamos em todos os casos apenas quando havia a presença das diferentes variáveis analisadas para a realização dos cruzamentos. Assim, o primeiro gráfico diz respeito ao cruzamento entre as diferentes variáveis da narrativa com aquelas do julgamento moral.

² Qualquer pessoa, grupo ou instituição que seja admirado por seu sucesso, sua coragem, resultados ou qualidades nobres. O herói também aparece quando age para defender uma vítima ou lutar contra o vilão.

³ Qualquer pessoa, grupo, instituição ou “coisa” responsável por problemas específicos, prejuízos ou danos em relação a outros.

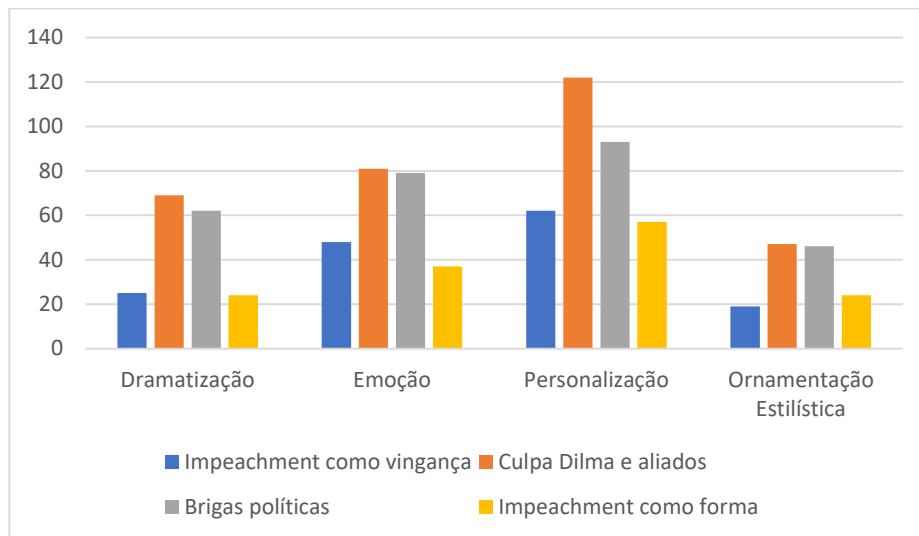
⁴ Uma pessoa, grupo ou instituição é prejudicado (= ferido, morto) ou sofre a ação.

⁵ O livro de códigos pode ser acessado integralmente em <https://bdc.c3sl.ufpr.br/handle/123456789/27>. Acesso 18 mai. 2018.

⁶ Os resultados completos das categorias estão disponíveis em Prudêncio, Rizzotto e Sampaio (2018).

⁷ A dramatização aparece em 20,6% das notícias analisadas, a emoção em 31,4% e a ornamentação estilística em 13,9%.

GRÁFICO 01 – Formas da narrativa x julgamento moral



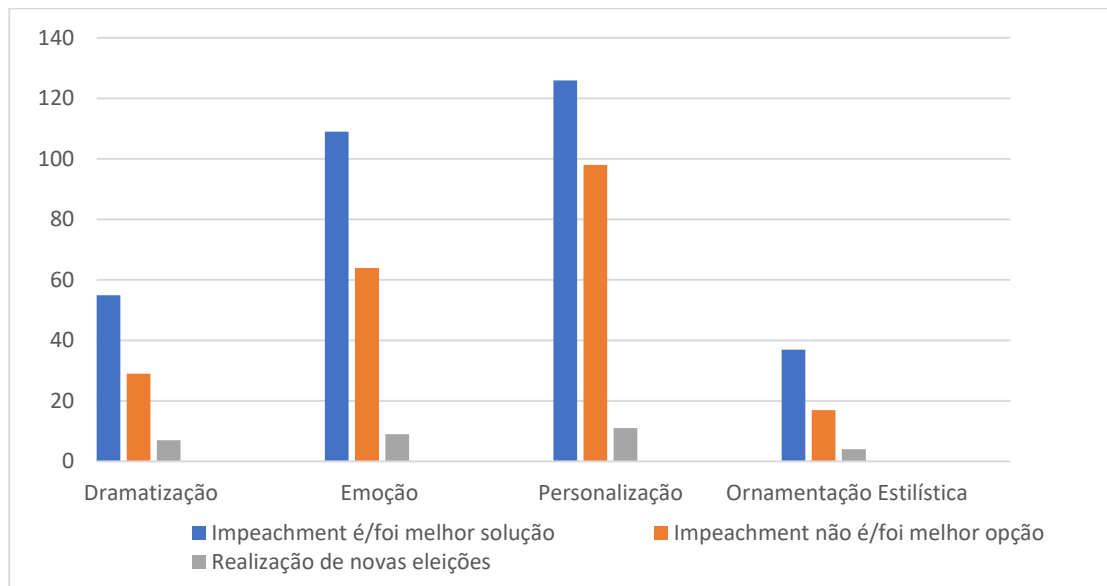
Fonte: COMPA (2018)⁸

O gráfico acima dispõe o tipo de julgamento utilizado em cada categoria de narrativa. Deste modo, percebe-se que a narrativa dramática foi dominada por dois tipos de julgamento: “Culpa Dilma e aliados” (10,7%) e “Brigas políticas” (7,8%), respectivamente. Por fim, as últimas duas categorias de julgamento utilizadas nesse tipo de narrativa são “Impeachment como vingança” e “Impeachment como forma”. De modo geral, essa tendência no uso dos julgamentos se repete nos demais tipos de narrativa, observando sempre a mesma ordem do que foi apresentado na categoria dramatização, variando somente na intensidade. Destaca-se o equilíbrio no uso dos julgamentos em todos os tipos narrativos, excetuando a categoria “Narrativa personalizada”, na qual há maior utilização de elementos culpando Dilma Rousseff e seus aliados ao longo do processo de impeachment.

Posteriormente, cruzamos as mesmas variáveis de narratividade refletidas na figura anterior com a variável “Recomendação de Tratamento”, buscando entender como a narrativa se comportou de acordo com as diferentes soluções apresentadas para o problema do impeachment.

⁸ O cruzamento feito possui correlação estatística significativa, com qui-quadrado maior que 25,216 e sig ,000* em todos os casos deste gráfico.

GRÁFICO 02 – Narrativa x Recomendação de Tratamento



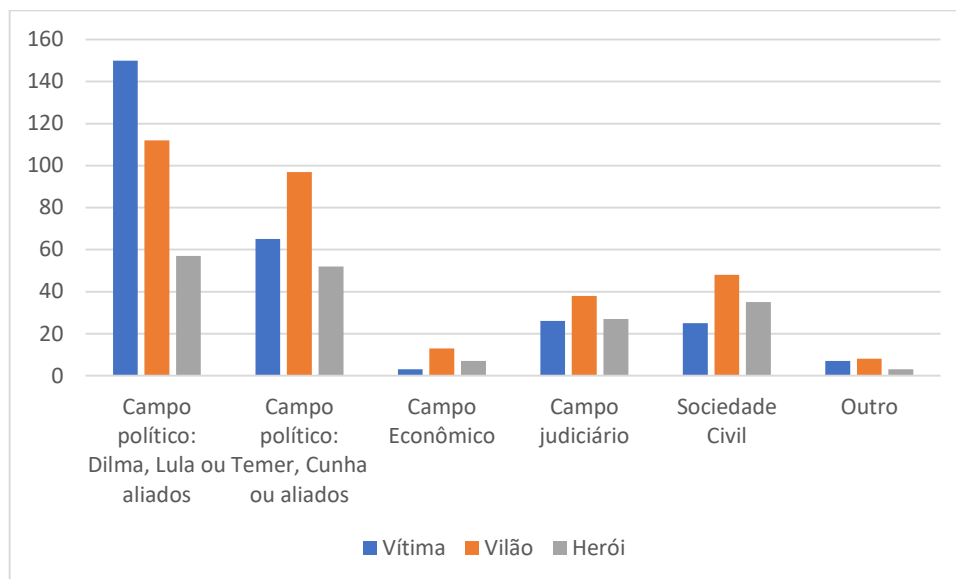
Fonte: COMPA (2018)⁹

O cruzamento entre narrativa e recomendação de tratamento das matérias expõe, primeiramente, a dominância da ideia de que impeachment é ou foi a melhor solução em todos os tipos de narrativa. Repetindo um padrão visto no gráfico anterior, aqui também há semelhança na disposição do tipo de recomendação de tratamento para cada narrativa, estando na seguinte ordem hierárquica quanto a seu uso: impeachment é/foi melhor solução > impeachment não é/foi melhor solução > realização de novas eleições. A categoria “realização de novas eleições” não foi uma recomendação de tratamento utilizada.

Realizado os cruzamentos relacionados à narratividade, parte-se agora para o estudo da identificação dos personagens – identificados como vítimas, vilões ou heróis – em função dos atores que tiveram maior espaço de fala em uma matéria, conforme representado a seguir:

⁹ É possível afirmar que o cruzamento feito é uma correlação significativa para as variáveis 020, 021 e 022.

GRÁFICO 03 - Campo político x Papéis dos personagens



Fonte: COMPA (2018)¹⁰

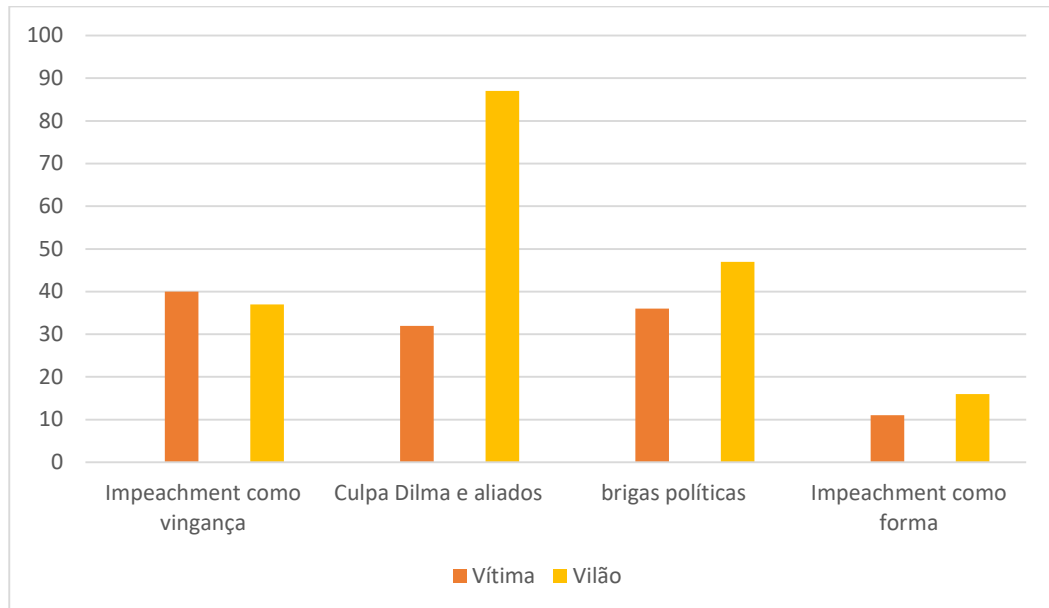
De acordo com os dados acima expostos, percebe-se que os atores políticos ligados a Dilma, Lula e seus aliados obtiveram maior destaque como vítimas quando lhes era dado espaço de fala nas matérias dos jornais analisados. Em segundo momento, eles apareciam como vilões e, por último como heróis. Agora, ao contrário do que foi visto nos gráficos anteriores, não há repetição de padrão entre as categorias. Na categoria “Campo político: Temer, Cunha ou aliados”, nota-se a primeira diferença: ao invés de aparecerem majoritariamente como vítimas, foram tratados como vilões. Por fim, “herói” aparece novamente como a característica menos utilizada aqui.

Quando o campo econômico esteve em voga, tal foi tratado majoritariamente como vilão para, posteriormente, ser tratado como herói e vítima, posteriormente. Já para o campo judiciário e sociedade civil, a dinâmica foi similar, com dominância de “vilão”, “herói” e “vítima”, respectivamente.

Após comparar a identificação dos personagens em relação à predominância que os principais grupos sociais tiveram nas matérias relacionadas ao processo, os dados abaixo são a respeito do entendimento de como foi o julgamento moral quanto às variáveis de vítima e vilão, buscando entender se há, de fato, julgamento moral e como Dilma Rousseff, peça central nesse processo, foi majoritariamente vista.

¹⁰ É possível afirmar que o cruzamento feito é uma correlação significativa no ponto de vista estatístico, com qui-quadrado maior que 21,738 e sig ,000* em todos os casos deste gráfico.

GRÁFICO 04 – Julgamento Moral x Vítima e Vilão



Fonte: COMPA (2018)¹¹

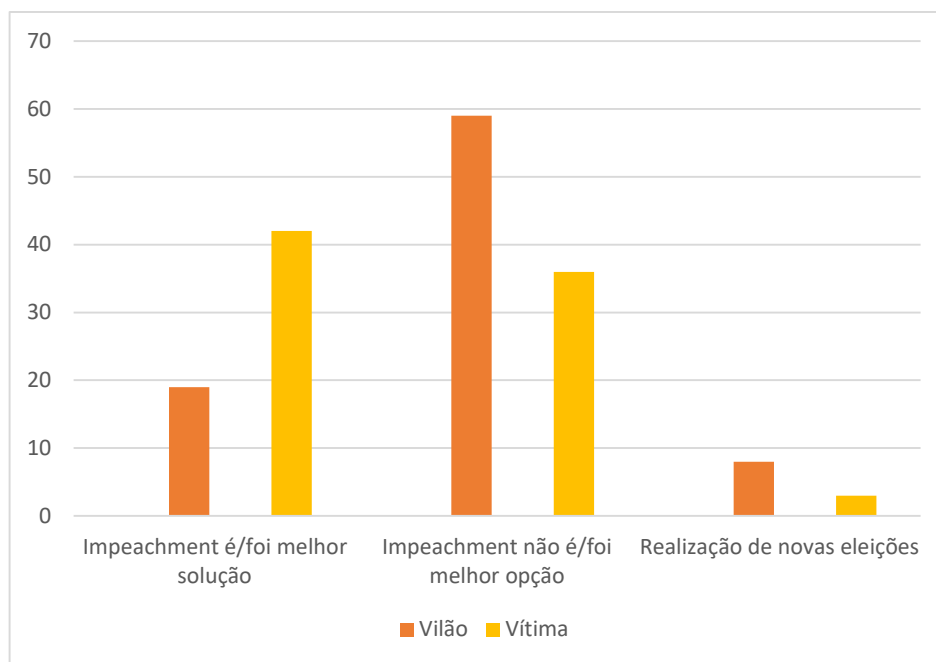
De acordo com os dados acima, algumas considerações precisam ser ponderadas: em primeiro lugar, o julgamento moral percebido nas matérias que tratavam o impeachment como uma forma de vingança apresenta certo equilíbrio quanto ao tom verificado, ou seja, há um equilíbrio entre o uso da perspectiva de vítima e vilão quanto à ideia de que o impeachment foi feito como uma forma de vingança.

Por outro lado, quando o julgamento presente nas matérias culpou Dilma e seus aliados ao longo do processo de impeachment, nota-se a predominância da utilização do espectro de vilão – denotando que a culpa do processo se devia, principalmente, à própria então presidenta e seus colegas apoiadores. Para fins de contextualização, a diferença entre vilão e vítima aqui ultrapassa o dobro de matérias. Por fim, as categorias “brigas políticas” quanto “impeachment como forma” apresentaram resultados parecidos: em ambos houve a leve predominância da utilização de vilão em detrimento de vítima.

Por fim, o último gráfico diz respeito a verificação das variáveis vítima e vilão à luz da recomendação de tratamento dada pelas matérias analisadas. Aqui, o principal objetivo é verificar como Dilma Rousseff e seus aliados são vistos quando o impeachment é tratado como a melhor solução.

¹¹ É possível afirmar que o cruzamento feito é uma correlação significativa no ponto de vista estatístico, com qui-quadrado maior que 95,327 e sig ,000* em todos os casos deste gráfico.

GRÁFICO 5 – Recomendação de Tratamento x Vítima e Vilão



Fonte: COMPA (2018)¹²

Cruzando a recomendação de tratamento com as categorias de personalização “vítima” e “vilão”, é possível extrair algumas afirmações. A primeira delas vai no sentido de que, quando a ideia de impeachment como melhor solução política apareceu, ela foi tratada majoritariamente sob a perspectiva do vilão, o que provavelmente indica que o governo foi criticado na matéria como causador do próprio impeachment.

Tal hipótese pode ser corroborada com os dados apresentados na categoria de tratamento “impeachment não é/foi melhor solução”, na qual a lógica permanece a mesma, mas com o polo invertido: aqui a personagem vítima foi a mais utilizada, isso porque – provavelmente – as matérias tratavam o então governo como grupo prejudicado. Por fim, a realização de novas eleições foi a categoria de tratamento menos utilizada, na qual predominou a vítima.

Discussão e considerações finais

Outro estudo sobre cobertura jornalística do processo de impeachment de

¹² É possível afirmar que o cruzamento feito é uma correlação significativa no ponto de vista estatístico para a variável 023, com qui-quadrado 114,970 e sig ,000* para este caso.



Dilma Rousseff analisou as capas do Jornal Folha de São Paulo, usando um corpus de 518 edições no período entre 27 de outubro de 2014, logo após as eleições presidenciais, até 17 de abril de 2016, a análise de enquadramento concluiu que houve "(...) uma baixa diversidade de vozes nas capas e reafirmou-se o discurso de um Brasil e crise" (GUAZINA e SANTOS, 2017).

As autoras perceberam que o tema impeachment já aparece na capa do jornal logo após a reeleição de Dilma Rousseff, na semana seguinte a sua eleição em 2014. Em relação aos temas, o item menos referenciado foi a economia e/ou crise econômica, com quatro ocorrências, representada em 2,3% dos textos. O baixo índice de popularidade da presidenta totalizou 3,5% dos textos das capas do jornal. A composição política, mostrando a movimentação dos partidos e políticos e seus posicionamentos, apareceu em 41,5% dos textos ou 71, comprovando a hipótese do golpe como uma articulação da oposição para derrubar um governo indesejado. Do total de capas analisadas, 40 trouxeram o impeachment como manchete principal. As capas buscam apresentar um país em crise e uma chefe do executivo sem condições de governar o país nesse contexto (GUAZINA e SANTOS, 2017).

Ao iniciarmos a pesquisa em tela, partimos da pressuposição já bastante destacada na literatura de que os grandes meios jornalísticos profissionais assumiriam um viés predominantemente negativo contra a presidenta Dilma Rousseff e, conseqüentemente, favorável ao processo de impeachment. Entretanto, em uma análise preliminar sobre o enquadramento narrativo (DRUMMOND et al 2017), ao analisarem uma parte do corpus deste mesmo trabalho, com 997 notícias publicadas entre 2 de dezembro de 2015 e 13 de maio de 2016, um dia após a aprovação do afastamento da então presidenta Dilma Rousseff pelo senado nos três *quality papers*: O Globo, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, percebeu-se que houve um grau médio de narratividade, sendo o impeachment noticiado muitas vezes como assuntos cotidianos, como se fosse algo recorrente da vida política os procedimentos e os acontecimentos, mas houve alta incidência de foco dos personagens políticos nos conflitos polarizados, definindo assim, a política em uma luta do bem contra o mal. Verificou-se que mais da metade das matérias apresentavam a personalização, ou seja, o foco em alguns personagens e suas ações para o relato da reportagem. Na análise do enquadramento narrativo ao verificarem a recorrência dos temas perceberam que o conflito político-social foi o terceiro tema mais recorrente, abordando as disputas entre o grupo pró e contra o impeachment, como o texto "Oposição quer renúncia da presidente" (GLO, 4/06/2016). Ao analisarem os papéis



atribuídos aos personagens, percebeu-se que o vilão foi o papel mais recorrente, seguido pela vítima e pelo herói.

Em outro momento, ao analisar os resultados simplificados, denotamos que o impeachment foi noticiado na maior parte das vezes em termos de assuntos cotidianos, com alta incidência de foco nos personagens políticos e nos conflitos polarizados, definindo, assim, a política em termos de uma luta do bem contra o mal, realizada em espaços institucionalizados e por agentes formais. Ao distanciar a política da rotina dos cidadãos, a cobertura acaba por gerar uma visão negativa dela, que, em certo sentido, incentiva uma despolitização (RIZZOTTO, PRUDENCIO, SAMPAIO, 2017). Posteriormente, buscamos demonstrar que apesar da cobertura não ser explicitamente favorável ao impeachment, ela tem uma série de pequenas marcações, saliências e destaques que ao fim demonstram sim, em nossa visão, um alinhamento de tais meios com a aprovação do impeachment (PRUDENCIO, RIZZOTTO, SAMPAIO, 2018).

Nesta pesquisa, ao cruzar categorias da narrativa com aquelas do enquadramento, nosso objetivo foi justamente evidenciar alguma das formas pelas quais esse alinhamento ou favorecimento ocorreram. Nossa hipótese principal é comprovada na medida em que os valores das variáveis de narratologia eram todos maiores quando havia algum julgamento sobre Dilma e aliados e quando o impeachment foi apresentado como a melhor solução. Em outras palavras, o texto jornalístico tendeu a seguir menos seu protocolo padrão de isenção, abraçando mais emoção, dramatização, personalização etc. quando havia traços de algum tipo de avaliação do impeachment.

Da mesma forma, outro forte indicativo de que os jornais em questão fizeram uma cobertura favorável ao impeachment pode ser visto quando cruzamos os papéis dos personagens com categorias do enquadramento. Como já havíamos destacado anteriormente (PRUDENCIO, RIZZOTTO, SAMPAIO, 2018), Dilma foi frequentemente narrada como vilã ou vítima do processo, enquanto os jogadores políticos favoráveis ao impeachment (Temer, Cunha etc.) foram tratados majoritariamente como vítimas. Denotamos aqui que quando Dilma e aliados são preponderantes nas matérias, o papel de vilão é o mais visto, assim como quando a ideia de impeachment é considerada a melhor solução política.

Porém, considerando o conteúdo fino das matérias de forma qualitativa, podemos afirmar que Dilma Rousseff foi ora apresentada como vítima do processo (apesar de diretamente responsável pela sua derrocada) e ora como vilã, dividindo



esse espaço com seu “rival” Eduardo Cunha, também fortemente tratado como um vilão. A diferença entre os dois era o fato de Cunha ser tratado como um vilão que é tão ardiloso que se torna genial, enquanto Dilma sempre esteve à frente de narrativas mais frustradas. Quando o impeachment foi considerado a melhor solução, como recomendação de tratamento, tanto Dilma quanto Cunha, poderiam ser tratados como vilão, mas novamente a natureza deles tendia a variar na valência. Cunha (e aliados) era aquele que causava dano ao governo, fazia manobras, conhecia regras minúsculas dos procedimentos da Casa, portanto era, de fato, um vilão a ser combatido. Dilma (e aliados), por sua vez, era mais tratada na forma de um governo que causou (ou mínimo, permitiu) as crises políticas e econômicas acontecerem. E não menos importante, frequentemente Dilma foi vista como vítima do processo de impeachment, sendo gradativamente encurralada e sem saída para a crise política e para os desdobramentos do impeachment.

Como denotado por Motta e Guazina (2010), a narrativa do impeachment se centrou basicamente numa história de inúmeros embates, de inúmeros conflitos. Em outras palavras, mesmo fazendo o exercício proposto por Motta (2005) de avaliar a narrativa do fenômeno de maneira longitudinal e heurística, percebemos que o jornalismo noticioso, de fato, não conseguiu escapar das narrativas políticas cotidianas. Enquanto entendemos que a cobertura noticiosa de um acontecimento político da magnitude e complexidade de um impeachment demanda dos jornais estratégias narrativas que objetivam oferecer imagens simbólicas e exemplos com os quais o público possa se identificar, simplificando os meandros da política, esperávamos que jornalistas fossem capazes de compreender e de ressaltar o caráter único do acontecimento em questão. E que, como denota Schudson (2008) para momentos ímpares como esse, fosse capaz de fugir das rotinas jornalísticas e de desenvolver narrativas mais criativas e inovadoras. O que houve na prática foi o uso de mais narratividade dentro do próprio enredo criado pelo jornalismo, que se focou quase que exclusivamente na disputa política entre Dilma e aliados e Cunha e aliados.

Em especial, o que nosso estudo mais evidencia não é necessariamente o viés contra a presidenta Dilma ou seu partido, como ressaltado frequentemente pela literatura de comunicação e política, mas sim a incapacidade reflexiva do jornalismo contemporâneo. Aqui, excetuando-se os espaços de jornalismo opinativo – nos quais, frisamos, o impeachment foi amplamente considerado a melhor solução – foram marginais as matérias que conseguiram abordar de forma mais ampla as



questões complexas envolvidas no impeachment. Por exemplo, o jornalismo brasileiro, em nenhum momento, assumiu a possibilidade de ser um golpe parlamentar, sempre tratando a palavra golpe entre aspas e para dizer que Dilma ou algum aliado assim o considerou. Da mesma maneira, os reflexos ou impactos do impeachment foram, geralmente, ignorados e/ou considerados no curto prazo, como soluções para a crise política e econômica.

A possibilidade, que depois se mostrou verdadeira, de gerar ainda mais instabilidade política e de gerar um projeto de governo bem diferente daquele eleito pela população não foi considerado. As pautas bombas, em outro exemplo, foram simplesmente tratadas como estratégias de um lado da disputa política contra o governo Dilma e nunca como pautas bombas contra a população ou a economia. Pouco houve de um jornalismo mais interpretativo, que buscasse demonstrar os vários interesses políticos e econômicos em jogo, assim como impactos possíveis para a população ou mesmo para a política no longo prazo.

Evidentemente, reconhecemos que o simples fato de não denotar o impeachment como um evento extraordinário, a escolha por não tratá-lo como um golpe parlamentar, a falta de reflexão sobre impactos em longo prazo, assim como o viés contrário à presidenta Dilma (mesmo que esse não represente a maioria das matérias) pode representar escolhas deliberadas ou mesmo editoriais, o que em conjunto com um posicionamento mais explícito nos editoriais pode ser o suficiente para considerar que o jornalismo brasileiro, na melhor das hipóteses, falhou terrivelmente em sua missão de ser o cão de guarda do público. Em relação a pesquisas anteriores, o que denotamos em nosso trabalho é que isso pode ocorrer de formas menos óbvias ou explícitas que aquelas apontadas anteriormente.

REFERÊNCIAS

ALVES, G.; NASSIF, M.; ROSÁRIO, M.; RAMOS FILHO, W; GONÇALVES, M. **Enciclopédia do golpe** – vol. 2: o papel da mídia. Bauru, canal6 editora, 2018.

AZEVEDO, F. **A Grande Imprensa e o PT**: 1989-2014. São Carlos: EDUFSCar, 2017.

BIROLI, F.; MANTOVANI, D. A parte que me cabe nesse julgamento: a Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do "mensalão". **Opinião Pública**, v. 20, n. 2, p. 204-218, 2014.

DRUMMOND, D.; RIZZOTTO C.; FERRACIOLI, P.; ANTONELLI, D. É golpe? A narrativa do impeachment de Dilma Rousseff nas páginas dos jornais brasileiros.



Trabalho apresentado no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideo, 26 a 28 de julho de 2017. **Anais...**

ENTMAN, R. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v.43, n.4, 1993.

FERES JÚNIOR, J.; SASSARA, L. O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998. **Revista Compólitica**, v. 6, n. 1, 2016.

GUAZINA, L.; PRIOR, H.; ARAÚJO, B. Enquadramentos de uma crise: o impeachment de Dilma Rousseff em editoriais nacionais e internacionais. Encontro da Associação dos Pesquisadores em Comunicação e Política, 2017. **Anais...**

GUAZINA, L.; SANTOS, E. O impeachment de Dilma Rousseff nas capas da Folha de S. Paulo. Trabalho apresentado no 41º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2017. **Anais...**

MARQUES, F.; MONT'ALVERNE, C.; MITOZO, I. 'Nem Dilma nem Temer': Um estudo quantitativo sobre padrões de cobertura do impeachment de Dilma Rousseff em editoriais jornalísticos. In: NAPOLITANO, J.; VICENTE, M., SOARES, M. (Org.). **Comunicação e Cidadania Política**. 1ed.Bauru: Editoria da UNESP, 2017, v. 1, p. 101-126.

MENDONÇA, R.; SIMÕES, P. Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, 2012.

MESQUITA, M. A personagem jornalística. **As Ciências da Comunicação na Viragem do Século**. Comunicação e Linguagens. Lisboa: Veja, 2002.

MOTTA, L.; GUAZINA, L. O conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do Jornal Nacional. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, nº 1, p. 132-149, 2010.

MOTTA, L. G. A análise pragmática da narrativa jornalística. **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2005.

MOTTA, L.; GUAZINA, L. O conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do jornal Nacional. **Brazilian Journalism Research**, v.6, n.1, p.132-149, 2011.

PÉREZ-LIÑÁN, A. **Presidential impeachment and the new political instability in Latin America**. Cambridge University Press, 2007.

PRUNDENCIO, K. C. S.; RIZZOTTO, C. C.; SAMPAIO, R. C. A NORMALIZAÇÃO DO GOLPE: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do "impeachment" de Dilma Rousseff. **Revista Contracampo**, 2018. No prelo.

RIZZOTTO, C.; PRUNDENCIO, K.; SAMPAIO, R. TUDO NORMAL: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Comunicação & Sociedade**, v. 39, p. 111-130, 2017.



VIMIEIRO, A.; MAIA, R. Enquadramentos da mídia e o processo de aprendizado social: transformações na cultura pública sobre o tema da deficiência de 1960 a 2008. **E-Compós** (Brasília), v. 14, p. 1-22, 2011.

WOZNIAK, A.; LÜCK, J.; WESSLER, H. Frames, Stories, and Images: The Advantages of a Multimodal Approach in Comparative Media Content Research on Climate Change. **Environmental Communication**, Dec. 2014.